



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

Av. Barbosa du Bocage, 61
1069-045 LISBOA

E-mail: gp@tcontas.pt
URL: <http://www.tcontas.pt>

Tel.: 21 794 51 01/2

Fax: 21 797 09 84

V Jornadas EUROSAI/OLACEFS

LISBOA 2007

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

**DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELÊNCIA O
CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS,
DR. GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS**

Lisboa, Ministério das Finanças, Salão Nobre, 11 de Maio de 2007



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

Exmo. Senhor Presidente da INTOSAI, Prof. Arpad Kovács

Exmo. Senhor Presidente da EUROSAI, Prof. Dr. Dieter Engels

Exmo. Senhor Presidente da OLACEFS, Dr. Rafael Hernán Contreras Rodríguez

Exmo Senhor Secretário-Geral da EUROSAI, D. Ubaldo Nieto de Alba

Exmo. Senhor Representante da Secretaria Executiva da OLACEFS, Dr. Francisco Rodriguez

Exmo. Senhor Presidente da Organização das ISC da CPLP, Conselheiro Certório Biote

Exmo. Senhor Secretário-Geral da Organização das ISC da CPLP, Ministro Luciano Brandão Alves de Souza

Estimados Colegas,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Terminados os debates realizados durante as V Jornadas EUROSAI/OLACEFS sobre o tema Sustentabilidade Financeira,



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

Prestação de Contas e Responsabilidade, considero ser indispensável proceder a um sintético “balanço final”.

Antes de mais, após os trabalhos e na fase do seu encerramento, devo reafirmar o que referi na Sessão de Abertura destas Jornadas relativamente ao interesse despertado pelo tema a que foram consagradas, agora com mais fortes fundamentos. De facto, verificou-se haver uma evidente complementaridade entre as perspectivas assumidas pelos membros da EUROSAI e pelos representantes dos Estados da OLACEFS.

Na verdade, o interesse que o tema destas Jornadas suscitou, além de ter sido traduzido em intervenções e contributos escritos reveladores da grande atenção que está a ser prestada a estas matérias pelas Instituições Superiores de Controlo, veio também a reflectir-se na aprovação de um documento de Conclusões e Recomendações, que passará, por certo, a ser



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

uma referência de enquadramento às actividades que vai ser necessário desenvolver com o objectivo de promover a sustentabilidade financeira do sector público.

Poderemos falar mesmo de um “espírito de Lisboa” que procura ligar o desenvolvimento económico e social sustentável, a coesão e a confiança; a competitividade e a justiça. Invocando a noção de “capital social”, trata-se de assumir a exigência de criar condições para que a credibilidade das instituições do Estado social e democrático de direito possa ser reforçada através da acção das Instituições Superiores de Controlo e dos Tribunais de Contas.

Os cidadãos precisam de ter confiança nas suas instituições, no respeito da sua vontade, e saber que há quem vele de modo sistemático pela boa utilização dos dinheiros e valores públicos. Por outro lado, urge ligar sustentabilidade financeira, justiça distributiva e equidade intergeracional. O gasto público



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

terá, assim, de ser sempre escrutinado. A sua eficiência terá de ser sempre verificada.

Naturalmente, considero que é necessário encarar as orientações e recomendações que foi possível alcançar através dos nossos trabalhos, não como ideias definitivas, como algo terminado e concluído, mas, sim, como ponto de partida e base do trabalho que agora nos espera no âmbito das nossas actividades.

Na verdade, são muitas as preocupações e as matérias que foram focadas nas intervenções apresentadas durante os debates empreendidos, que estão espelhadas nas conclusões aprovadas: desde a reforma dos sistemas de orçamentação, ou de elaboração de contas e demonstrações financeiras pelos órgãos da Administração Pública, até à necessidade de revisão de métodos e, em muitos casos, de reorganização das nossas



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

próprias instituições, em ordem à sua adaptação aos desafios que nos esperam.

Temos, no âmbito da formulação do nosso tema, uma expressão que preside a todas as considerações feitas e que se traduz pela noção de *responsabilidade* no sentido global que lhe é dado pela expressão da língua inglesa *accountability*.

Trata-se, de facto, da *obrigação de prestar contas*, que teremos de encarar num entendimento lato de responsabilização a que todos estão sujeitos, *maxime*, as Instituições Superiores de Controlo, pela própria natureza das suas funções. E o certo é que essa obrigação liga-se à capacidade de responsabilizar e de assumir o serviço público como dever e como sinal de cidadania.



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

Ficou claro que a transparência, a estabilidade, a responsabilidade, o respeito (no sentido de *fairness*) e a eficiência constituem elementos essenciais a considerar na acção das Instituições Supremas de Controlo.

A sustentabilidade das finanças públicas tem, assim, de estar na primeira linha das nossas preocupações no quadro das nossas competências, evitando sobreposições ou conflitos de poderes, e a partir da concretização de objectivos de legalidade, de economia, economicidade e eficiência e de rigorosa disciplina de utilização dos dinheiros públicos. Assim, agimos em nome dos cidadãos no sentido da criação de condições concretas para que o interesse público seja plenamente garantido.

E se falei de um “espírito de Lisboa” fi-lo para reforçar uma complementaridade de pontos de vista e de providências:



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

- de um lado, a necessidade de redobrar o rigor na escolha dos investimentos e da despesa pública, para que os mesmos tenham impacto social positivo (na Educação, na Saúde, nas políticas de protecção social e na cobertura de riscos sociais);
- de outro, a indispensabilidade de prosseguir as políticas de desenvolvimento, de coesão económico-social e de concorrência, de modo a tornar mais eficiente o investimento público e de o traduzir em resultados palpáveis que contrariem a pobreza, a ignorância e o atraso...

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Como Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, a instituição anfitriã destas Jornadas, tive a maior honra e gosto



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

em acolher estes debates sobre um tema de tanta actualidade e que nos projecta para o futuro.

Renovo os meus agradecimentos a todas as delegações das Instituições Superiores de Controlo aqui presentes, pelos contributos e intervenções com que enriqueceram estas Jornadas.

Agradeço ainda a todas as instituições que nos apoiaram e connosco colaboraram, permitindo a realização destas Jornadas, designadamente os Presidentes e Secretários-Gerais da EUROSAI e da OLACEFS. No plano nacional, dirijo os meus agradecimentos ao Ministério das Finanças que, de diversos modos, apoiou esta iniciativa.

Agradeço também à equipa de organização do Tribunal de Contas de Portugal coordenada pelo Conselheiro José Tavares,



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

que deu todo o seu melhor para tornar estas Jornadas um evento útil, importante e agradável. Da mesma forma, agradeço aos tradutores e intérpretes, que permitiram a boa comunicação entre nós.

Espera-nos ainda um programa de carácter social e cultural, que de certa maneira amenizará um pouco o carácter mais complexo dos nossos debates.

Todos estão convidados e desejaria que nele todos pudessem participar, visto ser esta uma oportunidade que temos de proporcionar aqueles que, porventura, não tenham ainda conhecido este País, um pouco da cultura e história de Portugal.